

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIRETÓRIO COLEGIADO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOIS RIOS conjunta à 1ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão e do Plano de Bacia do ano de 2025, realizada no dia dezessete de março de dois mil e vinte e cinco através, de videoconferência entre os participantes (Reunião Não Presencial). Aos dezessete dias de março de dois mil e vinte e cinco, com a presença de seis membros do Diretório Colegiado, e cinco membros do escritório local (secretaria executiva), teve início a reunião presidida pelo Sr. André Bohrer (Agevap UD3), com a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação das atas da 4ª ROD (06/11/24) e 2ª RED (21/11/25); 2) Eixos de ação do CBH-R2R; 3) Ajuste no Indicador 3 do CG; 4) Relatórios de Execução CG e PB; e 5) Proposta execução saneamento rural; e 6) Informes gerais (Plenário, renovação CG-2025). O Sr. André Bohrer (Agevap UD3) deu início a reunião com a discussão dos itens na seguinte ordem: **ITEM 1 - Aprovação das atas da 4ª ROD (06/11/24) e 2ª RED (21/11/25)**; - Atas aprovadas por unanimidade, após confirmação de leitura prévia pelos membros presentes e nenhuma manifestação de rejeição ou de necessidade de correção. **ITEM 2 - Eixos de ação do CBH-R2R**; - O Sr. André Bohrer (Agevap UD3) contextualizou que esse item do ponto de pauta tem sua principal função de esclarecer alguns membros da diretoria, de como o Comitê está trabalhando nos seus eixos temáticos, como por exemplo o eixo do saneamento, que inicialmente foi executado com a elaboração de projetos executivos de esgotamento sanitário urbano. Mas foi alterado em função da privatização das concessões que eram da Cedae na região. Com isso o CBH-R2R redirecionou este eixo para um programa de saneamento rural. O eixo da ação em educação ambiental que é trabalhado com o projeto Agente das Águas; o eixo da infraestrutura verde que é o projeto diagnóstico intervenção. Este último, tem uma frente de atuação relacionada com a disponibilização de informações, onde foi criado o Geoportal do Rio Dois Rios, e a frente de planejamento, onde foi realizada a divisão da região hidrográfica em microbacias e as suas respectivas hierarquizações. A terceira frente é a de intervenções na microbacia de acordo com as demandas que existem nas respectivas microbacias. **ITEM 3 - Ajuste no Indicador 3 do CG**; - O André prosseguiu abordando que o Comitê tem o contrato de gestão que oficializa a Agevap como sua secretaria executiva. Neste contrato tem a previsão de metas ao longo do ano, dentre elas há o indicador 3 do contrato de gestão. Na gestão anterior foi aprovada uma resolução aprovando o indicador 3 apontando as ações relacionadas com o Tac-Votorantim como o referido indicador. Nesta resolução o cronograma de execução previa seu término no final de 2024. Entretanto, em virtude de vários fatores, o cronograma estabelecido não foi exequível e isso teve reflexos direto na pontuação anual do contrato de gestão. Diante deste contexto foi verificado a necessidade de uma restruturação do cronograma deste indicador, com vistas a prever um cronograma exequível. O que foi aprovado por este Diretório. **ITEM 4 - Relatórios de Execução CG e PB**; - O Sr. André Bohrer contextualizou que existe uma obrigação para que o comitê mantenha ativo tanto o grupo de acompanhamento do plano de bacia quanto o grupo de acompanhamento do contrato de gestão. No entanto, o comitê optou por unir esses dois grupos em apenas um, o que fez com que as reuniões passassem a ocorrer no âmbito da Diretoria. Dessa forma, neste ano foi realizada a primeira reunião da Diretoria em conjunto com a primeira reunião do grupo de acompanhamento do contrato de gestão e do plano de bacia. O Sr. André Bohrer explicou que existem sete indicadores no contrato de gestão. Como todos os comitês estão incluídos em um único contrato, a nota final é atribuída ao contrato como um todo, somando-se as pontuações de todos os comitês. Assim, obtém-se uma nota geral, que resulta no conceito final do contrato ao longo do ano. O Indicador 1 refere-se ao nível de organização do planejamento de atividades, ou seja, à

quantidade de reuniões previstas para o ano. O Indicador 2 mede o nível de atendimento, por parte da entidade delegatária, aos encaminhamentos solicitados, compilando todos os encaminhamentos feitos pela Diretoria e pelo Comitê e analisando quantos deles foram efetivamente atendidos. O Indicador 3 é o índice de execução física das ações priorizadas, sendo que a ação priorizada pelo comitê neste ano foi o desenvolvimento do TAC-Votorantim. Já o Indicador 4 avalia o índice de recursos comprometidos com ações finalísticas, ou seja, mensura quanto o comitê desembolsou com ações concretas, excluindo ações consideradas de meio. O Indicador 5 também trata das ações finalísticas, incluindo aquelas que ainda não foram finalizadas. O Indicador 6 diz respeito à taxa administrativa da entidade, medindo quanto foi desembolsado em relação ao custo operacional. É necessário aumentar a pontuação em cada um desses índices para melhorar o volume de desembolso disponível ao comitê. Por fim, o Indicador 7 trata do índice de atendimento às recomendações da CACG, estando relacionado ao cumprimento das orientações emitidas pelo grupo de acompanhamento do INEA ao contrato de gestão. **ITEM 5- Proposta execução saneamento rural; e -** O Sr. André Bohrer prosseguiu relatando o redirecionamento realizado pelo CBH no programa de Saneamento Rio Dois Rios, focando agora em saneamento rural. Com a mudança na legislação, que reduziu o percentual de recursos obrigatoriamente comprometidos com saneamento de 70 para 20, o comitê passou a contar com um orçamento mais flexível. No entanto, o cenário de esgotamento sanitário na região foi gravemente afetado pelas privatizações das concessões da CEDAE, uma vez que todas as concessionárias passaram a ser de iniciativa privada, com exceção de Santa Maria Madalena. Isso inviabiliza o investimento direto de recursos públicos nesses serviços. A única exceção é o município de Santa Maria Madalena, que manteve a concessão de abastecimento de água com a CEDAE e opera o serviço de esgoto por meio da própria prefeitura, o que o torna elegível ao programa Protratar. Diante desse contexto, o comitê passou os anos de 2023 e 2024 analisando possibilidades de uso para os recursos de saneamento e chegou à proposta de implementar um programa de saneamento rural, que dialoga diretamente com o programa de diagnóstico e intervenção já em curso. Com isso, foram definidas 11 microbacias prioritárias para receber os investimentos. A proposta inicial é utilizar os recursos de saneamento para mobilizar os produtores rurais e identificar as principais demandas relacionadas ao saneamento rural, aproveitando também para levantar as necessidades ligadas ao escopo do programa de diagnóstico e intervenção. Mediante a isso o Sr. André passou a palavra para a Sra. Ingrid (Agevap-Sede), que iniciou sua fala com uma breve apresentação sobre o tema do saneamento rural, compartilhando ideias com os demais membros. Ela explicou que o projeto começa com a hierarquização das bacias hidrográficas — etapa já concluída no caso do Comitê Rio Dois Rios. Em seguida, é feito um levantamento de dados geoespaciais focado nas microbacias previamente identificadas. Com base nesses dados, a equipe entra em contato com os municípios envolvidos para verificar se há interesse em receber recursos voltados ao saneamento rural. Caso o município manifeste interesse, deverá enviar informações geoespaciais de suas áreas rurais, incluindo o número de propriedades existentes. Essas informações servirão de base para um planejamento inicial, que visa avaliar quantas propriedades podem ser atendidas e elaborar um diagnóstico preliminar das possibilidades de atuação do projeto. A etapa seguinte consiste na construção de parcerias, que dependem da aprovação do Comitê para avançar. Com a aprovação, a AGEVAP passa a representar o Comitê, entrando em contato oficialmente com os municípios para formalizar o interesse e viabilizar a assinatura de acordos de cooperação, permitindo a execução do projeto. Em resumo, o Diretório aprovou que a Agevap inicie um delineamento de execução célere das ações de saneamento rural, nos moldes do programa do Sanear do Guandu, independente do

desenvolvimento das ações relacionadas no Diagnóstico e Intervenção. **ITEM 6 - Informes gerais** (Plenário, renovação CG-2025) - O Sr. André prosseguiu com os informes gerais, destacando inicialmente uma proposta feita ao Comitê pelos representantes da REDEC/Defesa Civil, para a realização de um evento em parceria com a REDEC – Defesa Civil Estadual. A ideia consiste em promover um encontro técnico com a temática de Defesa Civil, essa ideia foi baseada através e uma conversa com os representantes da Redec Senhores Fábio dos Santos Gonçalves e Bruno França Silva Thuller Juntamente com Sr. André Borher. A proposta foi aprovada por todos os membros do Comitê, que autorizaram o prosseguimento da ação; foi informado também sobre o recebimento de ofício do Ministério Público solucionando informações sobre as ações do Comitê em relação à proteção das AIPIMs. Diante disso, o Sr. André ficou responsável por elaborar uma minuta de resposta, que será apresentada a todos os membros. A proposta da resposta é deixar claro que o Comitê não atua apenas em Nova Friburgo, mas em toda a região hidrográfica do Rio Dois Rios, dentro de sua área de competência. Será destacado que houve melhorias nas AIPIMs por meio do Programa Mananciais, em Barracão dos Mendes, no município de Nova Friburgo, bem como a execução de um projeto do TAC com a Votorantim, no distrito de Monerat. Paralelamente, será ressaltado que o Comitê está sempre em busca de articulações e parcerias para a proteção e melhoria das AIPIMs. Também foi informado ao Diretório, que o Comitê emite uma carta ou declaração de recebimento do relatório de execução do contrato de gestão, que foi encaminhado ao Comitê no início deste ano. E que foi solicitado a assinatura da Presidente. Em relação ao andamento dos projetos, foi informado que, no mês de fevereiro, ocorreu o quarto Encontro Científico do projeto “Agente das Águas”, como parte do curso de multiplicadores. No entanto, esse curso teve baixa adesão em Bom Jardim, sendo então finalizada mais uma turma do projeto. Atualmente, está em andamento a mobilização para formação de uma nova turma voltada às comunidades, em articulação com a Escola Estadual de Fazenda do Campo, no município de Duas Barras (RJ). Uma reunião com a escola está marcada para o dia 27 de março, com o objetivo de apresentar o projeto e verificar a possibilidade de adesão por parte da instituição. Sobre o saneamento, a expectativa é finalizar, em breve, o processo de entrega de dois projetos executivos de esgotamento sanitário para os bairros Manoel de Moraes e Jardim Nova Madalena, no município de Santa Maria Madalena. Estão sendo iniciadas conversas com a Secretaria de Meio Ambiente de Madalena para que o município se inscreva no programa PROTRATAR. Caso os projetos sejam recebidos e submetidos ao programa, e Santa Maria Madalena seja contemplada, o Diretório do Comitê poderá voltar a analisar a possibilidade de aprovar recursos que sirvam como contrapartida para a implementação desses projetos. Também foi mencionada a intenção de desenvolver ações voltadas ao saneamento rural, dentro da proposta do programa SANEAR como discutido acima. Quanto ao diagnóstico e intervenção, foi destacada a contratação da empresa Campos Consultoria, responsável pela mobilização dos atores locais, identificação das demandas e formulação de projetos por propriedade. O projeto tem apresentado bons resultados, com a adesão preliminar de cerca de 80 produtores rurais. Por fim, o Sr. Péricio Portz, da CONRURAL, falou sobre a criação de uma patrulha rural de combate a incêndios (brigada de incêndio), diante dos episódios recorrentes de incêndios florestais em áreas rurais. O Sr. André também informou que este é o último ano do atual contrato de gestão, que tem validade de cinco anos. Assim, será necessária a assinatura de um novo contrato até o final deste ano. Ele reforçou a importância de que todos os diretores estejam cientes da renovação e, nesse momento, apontem melhorias ou questões que não fazem mais sentido, a fim de aprimorar a próxima versão do contrato. **Encaminhamentos:** i) aprovação das atas da 4ª ROD e 2ª RED; ii) Foi aprovada a reestruturação do cronograma referente ao

indicador 3; iii) Proposta da execução célere do Saneamento Rural acatada pelos membros, iv) Promover um encontro técnico com o tema Defesa Civil; e 5) Elaboração de uma minuta de resposta para o Ministério Público. Não havendo mais nenhum informe geral está ata foi lavrada por mim, Natalia Faria (Agevap UD3), e não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a reunião.

Nova Friburgo, 17 de março de 2025

Gilmara dos Santos Crespo

Diretora Presidente

Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Dois Rios

LISTA DE PRESENÇA

Membros

Gilmara Dos Santos Crespo (CSN CIMENTOS);
Ocimar Teixeira (APROJAN);
Lícius Freire (FIPERJ);
Leonardo Guedes Barbosa (GRUPO ÁGUAS DO BRASIL- (ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO);
Péricio Eugênio Portz (CONRURAL);
Alessandra Assunção (INEA);

Convidados

Bernard Vecci (ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO);
Vinicius Norat (CSN CIMENTOS);

Secretaria Executiva

André Bohrer (AGEVAP UD3);
Ramon Porto (AGEVAP UD3);
Maria Clara Tardin (AGEVAP UD3);
Natália Faria (AGEVAP UD3)
Ingrid Delgado Ferreira (AGEVAP SEDE);

Nova Friburgo, 17 de março de 2024.